



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Serviço Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S19', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Economia religiosa**

Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.

É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.

A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.

Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na esquina.

Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, 06/04/2012)

1. No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se
- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.
  - (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.
  - (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.
  - (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.
  - (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

2. Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Pode-se inferir, com base numa afirmação do texto, que

- (A) o ensino religioso demanda profissionais altamente qualificados, que o Estado não teria como contratar.
- (B) a bancada religiosa, tal como qualificada no último parágrafo, partilha do mesmo radicalismo de Dom Tarcísio Scaramussa.
- (C) as instituições públicas de ensino devem complementar o que já fazem os templos, a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo.
- (D) o aprendizado de uma religião não requer instrução tão especializada como a que exigem as ciências exatas.
- (E) os membros da bancada religiosa, sobretudo os liberais, buscam favorecer o setor privado na implementação do ensino religioso.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento em:

- (A) *A declaração do prelado vem como crítica* (1º parágrafo) = o pronunciamento do dignitário eclesiástico surge como censura
- (B) *Admitamos, para efeitos de argumentação* (2º parágrafo) = Consignemos, a fim de especulação
- (C) *sejam desde cedo expostos ao ensino religioso* (2º parágrafo) = venham prematuramente a expor-se no ensino clerical
- (D) *onipresentes em rádios* (3º parágrafo) = discriminadas por emissoras de rádio
- (E) *não poderia representar ônus* (5º parágrafo) = implicaria que se acarretasse prejuízo



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto: O articulista da **Folha de S. Paulo**
- (A) propugna de que tanto o liberalismo quanto o ateísmo podem convergir, para propiciar a questão do ensino público da religião.
- (B) defende a tese de que não cabe ao Estado, inclusive por razões econômicas, promover o ensino religioso nas escolas públicas.
- (C) propõe que se estenda à bancada religiosa a decisão de aceitar ou rejeitar, segundo seus interesses, o ensino privado da religião.
- (D) argumenta que no caso do ensino religioso, acatado pelos liberais, não se trata de ser a favor ou contra, mas arguir a real competência.
- (E) insinua que o ensino público da religião já se faz a contento, por que as emissoras de comunicação intentam-no em grande escala.
- 
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
- (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
- (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
- (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.
- 
7. *O Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.*
- A nova redação da frase acima estará correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) a que o setor privado já vem colaborando.
- (B) com as quais o setor privado já vem cuidando.
- (C) nas quais o setor privado já vem interferindo.
- (D) em cujas o setor privado já vem demonstrando interesse.
- (E) pelas quais o setor privado já vem administrando.
- 
8. (...) *ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo.*
- Mantém-se, corretamente, o sentido da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) nem impor a alguém que reze, nem impedi-la de fazer o mesmo.
- (B) deixar de obrigar uma pessoa a rezar, ou lhe proibir de o fazer.
- (C) seja obrigar que uma pessoa reze, ou mesmo que o deixe de o praticar.
- (D) coagir alguém a que reze, ou impedi-lo de o fazer.
- (E) forçar uma pessoa para que reze, ou não fazê-la de modo algum.
- 
9. A pontuação está plenamente adequada no período:
- (A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.
- 
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Sempre haverá quem rejeite a interferência do Estado nas questões religiosas**, mantendo-se a correta correlação entre tempos e modos verbais, ela ficará:
- (A) Terá havido sempre quem tem rejeitado que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (B) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre haverá de ser rejeitada por alguém.
- (C) Sempre haverá de ter quem rejeite que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (D) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre tem encontrado quem a rejeita.
- (E) As questões religiosas sempre haverão de rejeitar que o Estado venha a interferir nelas.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Para fazer um trabalho, um professor vai dividir os seus 86 alunos em 15 grupos, alguns formados por cinco, outros formados por seis alunos. Dessa forma, sendo C o número de grupos formados por cinco e S o número de grupos formados por seis alunos, o produto C·S será igual a
- (A) 56.
  - (B) 54.
  - (C) 50.
  - (D) 44.
  - (E) 36.

12. Uma faculdade possui cinco salas equipadas para a projeção de filmes (I, II, III, IV e V). As salas I e II têm capacidade para 200 pessoas e as salas III, IV e V, para 100 pessoas. Durante um festival de cinema, as cinco salas serão usadas para a projeção do mesmo filme. Os alunos serão distribuídos entre elas conforme a ordem de chegada, seguindo o padrão descrito abaixo:

1<sup>a</sup> pessoa: sala I  
2<sup>a</sup> pessoa: sala III  
3<sup>a</sup> pessoa: sala II  
4<sup>a</sup> pessoa: sala IV  
5<sup>a</sup> pessoa: sala I  
6<sup>a</sup> pessoa: sala V  
7<sup>a</sup> pessoa: sala II

A partir da 8<sup>a</sup> pessoa, o padrão se repete (I, III, II, IV, I, V, II...). Nessas condições, a 496<sup>a</sup> pessoa a chegar assistirá ao filme na sala

- (A) V.
  - (B) IV.
  - (C) III.
  - (D) II.
  - (E) I.
13. Em um determinado ano, o mês de abril, que possui um total de 30 dias, teve mais domingos do que sábados. Nesse ano, o feriado de 1<sup>o</sup> de maio ocorreu numa
- (A) segunda-feira.
  - (B) terça-feira.
  - (C) quarta-feira.
  - (D) quinta-feira.
  - (E) sexta-feira.



14. Em um torneio de futebol, as equipes ganham 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Na 1ª fase desse torneio, as equipes são divididas em grupos de quatro, realizando um total de seis jogos (dois contra cada um dos outros três times do grupo). Classificam-se para a 2ª fase as duas equipes com o maior número de pontos. Em caso de empate no número de pontos entre duas equipes, prevalece aquela com o maior número de vitórias.

A tabela resume o desempenho dos times de um dos grupos do torneio, após cada um ter disputado cinco jogos.

Equipe	Jogos realizados	Vitórias	Empates	Derrotas
Arranca Toco	5	3	1	1
Bola Murcha	5	2	0	3
Canela Fina	5	1	3	1
Espanta Sapo	5	1	2	2

Sabendo que, na última rodada desse grupo, serão realizados os jogos Arranca Toco X Espanta Sapo e Bola Murcha X Canela Fina, avalie as afirmações a seguir.

- I. A equipe Arranca Toco já está classificada para a 2ª fase, independentemente dos resultados da última rodada.
- II. Para que a equipe Canela Fina se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.
- III. Para que a equipe Espanta Sapo se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

15. Em um edifício, 40% dos condôminos são homens e 60% são mulheres. Dentre os homens, 80% são favoráveis à construção de uma quadra de futebol. Para que a construção seja aprovada, pelo menos a metade dos condôminos deve ser a favor. Supondo que nenhum homem mude de opinião, para que a construção seja aprovada, o percentual de mulheres favoráveis deve ser, no mínimo,

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 50%.

**Noções de Gestão Pública**

16. O processo de monitoramento de programas de governo pressupõe
- (A) o acompanhamento contábil da implantação do programa, com relatórios semanais.
  - (B) uma checagem diária das condições formais da organização, em termos de qualificação dos recursos humanos.
  - (C) o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.
  - (D) avaliações executadas por instituições externas, com pesquisas que procurem responder a perguntas específicas.
  - (E) a construção de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas.
- 
17. Como uma das dimensões do Estado contemporâneo empreendedor, o princípio da desconcentração se efetiva por meio
- (A) da racionalização de custos de empresas públicas.
  - (B) da delegação de competências.
  - (C) da coordenação intersetorial de programas.
  - (D) do planejamento estratégico situacional.
  - (E) da reengenharia de processos na administração direta.
- 
18. Com relação às características inovadoras do Plano Plurianual – PPA no ciclo orçamentário brasileiro, considere:
- I. É aprovado por lei anual, sujeita a prazos e ritos ordinários de tramitação. Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o último ano do respectivo mandato.
  - II. O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter indicadores que representem a situação que o plano visa a alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União e regionalização do plano.
  - III. Os programas não serão executados por uma unidade responsável competente, pois durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública serão envolvidas.
  - IV. O PPA prevê que sempre se deva buscar a integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), e também destas com o setor privado.
  - V. Prevê a atuação do governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
  - (B) I e III.
  - (C) II, IV e V.
  - (D) III, IV, e V.
  - (E) II e IV.
- 
19. O estilo tradicional de direção (Teoria X) está apoiado numa concepção da natureza humana que enfatiza
- (A) o caráter egocêntrico dos homens e a oposição entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização.
  - (B) o caráter naturalmente empreendedor e ativo dos homens quando motivados por objetivos organizacionais ambiciosos.
  - (C) a natureza independente, a predisposição ao autocontrole e facilidade ao comportamento disciplinado.
  - (D) a capacidade de imaginação e de criatividade na solução de problemas como atributo comum à maioria dos homens.
  - (E) a responsabilidade da administração em proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam suas potencialidades.
- 
20. O comportamento ético na gestão pública exige que se valorize
- (A) a presteza acima da formalidade legal.
  - (B) a eficiência mais do que a eficácia.
  - (C) o consenso acima do conflito.
  - (D) o interesse público antes dos interesses privados.
  - (E) a impessoalidade contra a afabilidade.



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para Soares (2003), o caráter ortodoxo das ideias e das propostas neoliberais em torno da questão social aflige o mundo contemporâneo, o que pode ser sintetizado com a afirmação que
- (A) o direito social substitui a filantropia.
  - (B) a solidariedade coletiva substitui a ajuda individual.
  - (C) o permanente substitui o emergencial e o provisório.
  - (D) as microsoluções *ad hoc* substituem as políticas públicas.
  - (E) a lógica do mercado é substituída pela forte intervenção estatal no social.
- 
22. A política social no capitalismo, tendo como eixo central de análise o trabalho e a sociedade salarial, deve ser entendida como
- (A) um conjunto de direitos assegurados por ela, resultante de conquistas da classe trabalhadora diante do processo de exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que responde de forma funcional ao capital.
  - (B) ações do Estado com função precípua de organizar, em todo o território nacional, as iniciativas da sociedade civil vinculadas às iniciativas patronais já que respondem ao modo de exploração capitalista.
  - (C) direitos sociais adquiridos pela sociedade moderna que só puderam emergir em função do estágio de superação das tensões entre capital e trabalho.
  - (D) resultantes da relação entre Estado e sociedade civil para a garantia dos direitos civis que têm sua emergência vinculada ao modelo de produção feudal.
  - (E) garantia de segurança social no campo contributivo, pois a transição da proteção social não contributiva para a esfera do direito social e do Estado pode configurar a assistencialização das políticas sociais.
- 
23. Segundo José Paulo Netto (1992), a política social do Estado Burguês no capitalismo monopolista configura-se
- (A) pelo conjunto de planos, programas e projetos com objetivo de oferecer o bem-estar à classe trabalhadora.
  - (B) pela intervenção contínua, sistemática e estratégica sobre as sequelas da questão social.
  - (C) como resultante do modelo feudal, pois a emergência da questão social é típica desse modelo econômico.
  - (D) como resultante do escravismo que se caracteriza pela exploração do trabalho e, portanto, pela intervenção do Estado.
  - (E) desvinculada do processo econômico, pois neste período pressupunha-se que a instituição do Estado de Bem Estar Social era resultante de uma luta democrática de direito.
- 
24. O modelo liberal congrega forças na perspectiva de refilantropizar o Social. Esse modelo
- (A) concebe a política social como um importante instrumento de garantia de direitos e, portanto, necessita que sua primazia esteja nas atribuições do Estado com a ajuda suplementar da sociedade civil organizada.
  - (B) não admite os direitos sociais e opera uma despolitização da questão social ao desqualificá-la como questão pública, política e nacional.
  - (C) entende a refilantropização como um processo moderno de atenção social que congrega maior responsabilidade ao Estado e menor ao terceiro setor.
  - (D) entende que a complexificação da vida social implica a ampliação da rede socioassistencial e essa só tem sentido se a sociedade contribuir com sua capacidade de humanização do setor.
  - (E) reconhece a necessidade de garantir os direitos, pois há possibilidade de evidenciar o caráter político de luta de classes presente na constituição do Estado, enquanto provedor de políticas sociais.
- 
25. A categoria trabalho é estruturante para a compreensão da constituição da humanidade, pois a natureza e sua transformação pelo trabalho mantêm vivos os membros de uma sociedade. Em uma perspectiva crítica, é correto afirmar sobre o trabalho:
- (A) realiza-se cumprindo determinações genéticas, cujas habilidades e conhecimentos podem ser dispensados.
  - (B) opera de forma imediata sobre a matéria sem a intermediação de instrumentos, dispensando todo o tipo de aprendizado, mesmo os advindos de repetição e experimentação.
  - (C) é capaz de satisfazer um elenco limitado de necessidades com um elenco de atividades determinada pela natureza.
  - (D) exige habilidades e conhecimentos, instrumentos que cada vez mais se interpõem entre os que executam e a matéria, além de implicar o desenvolvimento de novas necessidades.
  - (E) não é próprio da natureza humana, pois pode ser executado por toda a espécie animal dependendo apenas de treinamento e desenvolvimento de habilidades.
- 
26. No mundo contemporâneo, eclodiu com intensidade um processo de reestruturação produtiva que pode ser compreendido como resultante
- (A) do impacto das profundas mudanças tecnológicas que estão alcançando a eliminação plena do trabalho vivo do processo de produção de mercadorias.
  - (B) da diminuição do trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico como estratégia para aumentar a produtividade.
  - (C) da intensificação das formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que tempo e espaço se transformam nessa fase dos capitais globais e destrutivos.
  - (D) da ampliação das possibilidades de extração de mais valia relativa somente por meio do uso do esforço muscular da mão de obra.
  - (E) da nova fase societal em que o valor de uso intrínseco aos produtos não se subordina nem elimina os imperativos do valor de troca que sempre estiveram presentes no universo das mercadorias.



27. A crise global do sistema capitalista que afeta a esfera do trabalho em larga escala, é marcada, segundo Antunes (2010), por um processo de
- (A) construção de um novo sistema de metabolismo social, ou seja, de um novo modo de produção fundado na atividade autodeterminada baseada na realização do trabalho socialmente necessário.
  - (B) proliferação das distintas formas de “trabalho voluntário”, terceirizado, subcontratado e do “empreendedorismo”, que frequentemente se configura como forma oculta de trabalho assalariado e instável.
  - (C) construção de inúmeros direitos sociais somado aos que foram arduamente conquistados pelos trabalhadores na Revolução Industrial.
  - (D) ampliação dos mecanismos legais do trabalho com o fortalecimento do sistema de proteção social dos trabalhadores.
  - (E) produção e de vida voltados exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais.
28. Segundo Carmelita Yazbek (1993), exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam e revelam o lugar que o segmento de classes subalternas ocupa no processo produtivo, e sua condição de vida. Ela define classe subalterna como:
- (A) os sujeitos mergulhados no social, na trama da reciprocidade que constituem as relações sociais.
  - (B) os beneficiários dos programas sociais que se colocam de forma subalternizada na relação com o profissional e a instituição na qual buscam atendimento.
  - (C) o segmento proletário oriundo e herdeiro do escravismo e do modelo mercantil de produção.
  - (D) o conjunto de sujeitos cuja compreensão de subalternidade deve ser apreendida de forma abstrata e idealmente.
  - (E) os principais destinatários das políticas sociais, sobretudo aqueles que ao buscarem os serviços não o compreendem como um espaço de promoção social.
29. O serviço social se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho considerando, dentre outros aspectos,
- (A) a evolução do modelo de proteção social própria da rede filantrópica que historicamente cuidou dos segmentos mais vulneráveis, sobretudo parcelas populacionais que não compunham o escopo do mundo do trabalho.
  - (B) o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes e das modificações na composição dos grupos e frações de classes.
  - (C) a necessidade de especialização da prática profissional vinculada aos campos que iniciaram a atenção na esfera pública, ou seja, a saúde e a previdência social.
  - (D) o aumento da pobreza resultante da questão social, um fenômeno típico da sociedade escravocrata que se aprimora com a exploração do trabalho e a desigualdade social do modelo anticapitalista.
  - (E) que não há conexão com o desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, com a intervenção estatal, decorrendo a profissão do desenvolvimento de práticas vinculadas às iniciativas privadas.
30. Para Raichelis (2009), a transformação das sequelas da questão social em objeto de intervenção do Estado instaura um lugar específico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na esfera estatal. Para esse exercício profissional, é necessário ter como referência
- (A) que a profissão parte da premissa de sua construção a-histórica e a-política de lhe deu o significado que possui na atualidade, independentemente da dinâmica da vida social na qual se insere.
  - (B) que a estruturação desse espaço sócio-ocupacional foi determinado pela dinâmica harmônica e de consenso que emerge no âmbito estatal em suas relações com as classes sociais.
  - (C) o compromisso ético-político da profissão, estabelecendo que sua postura profissional, em todos os espaços, deve ser de destensionamento e despoliticização da luta pelos direitos.
  - (D) a afirmação do modelo de política social voltada aos mais pobres entre os mais pobres na perspectiva de refilantropização da questão social.
  - (E) a direção do desenvolvimento da sociabilidade pública capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.
31. Um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social surgiu a partir da institucionalização das instâncias públicas de controle democrático, que são os Conselhos. Pensar o trabalho profissional nesses espaços, fundamentado no projeto ético-político profissional em vigor, requer
- (A) ter clareza de que a qualidade da participação nesses espaços já está definida *a priori* porque são espaços que alimentam as posturas populistas no trato da coisa pública.
  - (B) atribuir, aos espaços de participação da sociedade, o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da Sociedade.
  - (C) contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária ao efetivo controle democrático dos sujeitos coletivos, que buscam na arena pública a defesa e garantia dos direitos sociais.
  - (D) considerá-los como espaços de legitimação do poder dominante, incentivando a participação elitista e burocrática.
  - (E) compreendê-los como instrumentos de colaboração e estrutura burocrática de aprovação de políticas sociais para amenizar os conflitos sociais.
32. Nos anos 90, o serviço social caminhou de forma decisiva para a ruptura com sua matriz tradicional e construiu uma configuração marcada
- (A) pelo posicionamento a favor da neutralidade axiológica associada ao aprimoramento técnico, o que se constitui em um caminho mais curto para a eficiência, eficácia e efetividade social.
  - (B) pela adoção de um projeto profissional vinculado a um projeto societário que se coloca notadamente contra a exploração e discriminação de qualquer natureza com a perspectiva de construção de uma nova sociedade.
  - (C) pela influência sistêmica que permite a leitura organicista e integradora da realidade social.
  - (D) pela adoção de uma tendência hegemônica construída sob os marcos da fenomenologia que concebe o conhecimento da realidade social em um trajeto dialético das partes para um todo.
  - (E) pelo redimensionamento do mundo do trabalho e a adoção do método compreensivo de inspiração weberiana.



33. Iamamoto (2009), ao abordar a temática das competências profissionais no âmbito do projeto do Serviço Social brasileiro contemporâneo, em uma perspectiva histórico-crítica, compreende que esta deve
- ser institucionalmente permitida e autorizada pelas instâncias burocráticas dos organismos empregadores.
  - ater-se à trama submersa dos conhecimentos para explicar as estratégias de ação.
  - ser capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática.
  - estar acoplada a um discurso neutro da cientificidade.
  - estar ancorada em uma estratégia de ocultamento e dissimulação do real.
- Instruções:** Para responder às questões de números 34 a 37, considere a chave a seguir:
- Se estiver correto APENAS o que se afirma em I.
  - Se estiver correto APENAS o que se afirma em II.
  - Se estiver correto APENAS o que se afirma em III.
  - Se estiver correto APENAS o que se afirma em I e II.
  - Se estiver correto o que se afirma em I, II e III.
34. Os projetos profissionais são indissociáveis de projetos societários, o que pressupõe que o trabalho profissional com uma direção social com caráter ético-político deve pautar-se
- nos dilemas universais relativos à refundação do Estado e sua progressiva absorção pela sociedade civil, o que se encontra na raiz da construção da esfera pública.
  - na produção e distribuição mais equitativa da riqueza.
  - na luta pela ultrapassagem das desigualdades pela afirmação e concretização dos direitos e da democracia.
35. O assistente social, ao ser chamado para realizar um estudo social integrando determinado projeto com outras áreas, deve comprometer-se com
- uma prática crítica e propositiva capaz de interferir nas dinâmicas societárias e na condição de vida do cidadão.
  - o retorno e o alcance social de produções que se refere a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem essa realidade.
  - apreensão da realidade e ser referência para os profissionais da categoria e de outras áreas de conhecimento, bem como alimentadoras de práticas críticas.
36. Ao tratar de modelos de avaliação Figueiredo & Figueiredo (1986) apontam para grupos de política a serem avaliadas. São eles:
- políticas com propósitos de produção de bens e serviços públicos, cujos objetivos se limitam à distribuição de bens e serviços, sem preocupação específica com qualquer mudança.
  - políticas com propósito de mudança e avaliação de impacto. Trata-se de mudança nas condições sociais, que deve evidenciar o que foi relevante para produzir a mudança.
  - políticas de caráter macroeconômico, com objetivo de quantificar os índices de miserabilidade e apropriação de riqueza.
37. A atuação do assistente social no âmbito das instituições tem sido marcado pela dimensão interdisciplinar. Ao ser chamado para compor um grupo interdisciplinar que tem como responsabilidade a coordenação de processos de educação permanente, o profissional deve
- compreender a educação permanente na perspectiva da gestão participativa e do projeto ético político profissional, melhorando o protagonismo dos sujeitos no cotidiano do trabalho.
  - compreender como uma estratégia que corrobora para as mudanças institucionais, incluindo o fluxo de informação e comunicação e, por conseguinte, as relações de trabalho.
  - concentrar-se na capacitação técnica para que haja mais eficiência no trabalho, sem, contudo, construir um arcabouço teórico que leve à indução teórico-prática, pois cada dia mais a eficiência se mede pela capacidade de garantir a neutralidade instrumental.
38. Dentre as atribuições previstas para o assistente social está a avaliação de política e projetos sociais. Existem diferentes linhas que explicam a concepção de avaliação. A chamada emancipatória tem como pressuposto
- a descrição, a análise e a crítica de uma dada realidade visando transformá-la, permitindo que as pessoas envolvidas em uma ação possam gerar suas próprias alternativas e se colocar como sujeitos dessa história.
  - a apreciação do cumprimento de objetivos, metas e análise das metodologias adotadas, assim como a possibilidade de avanços dos caminhos metodológicos.
  - o processo sistemático de análise isolada de atividades, fato ou coisas, entendendo-os de forma contextualizada para estimular seu aperfeiçoamento.
  - a leitura pautada no impacto social, assim como nos processos de eficiência, eficácia e efetividade social, considerando a realidade cotidiana e as normas institucionais que regulamentam as instituições e os projetos sociais.
  - a avaliação do grau de consecução de determinados objetivos, considerando o tempo de sua execução, os indivíduos envolvidos, e o custo dos seus resultados.



39. O planejamento constitui-se como um importante instrumento no cotidiano profissional do assistente social. A formulação e a escolha das alternativas de intervenção podem ser definidas tomando por base diferentes caminhos, cabendo ao planejador analisar uma proposta considerando suas vantagens e desvantagens. Esse estudo deve considerar
- (A) as consequências sociais da ação que implicaria medir a transposição dos segmentos mais vulneráveis para uma nova classe social, como foi o caso daqueles que saíram das classes E e D para a classe C.
  - (B) as operações que se referem aos procedimentos adotados especialmente em relação aos aspectos financeiros e materiais no que concerne à proposição do projeto.
  - (C) a análise das operações que considera o grau de envolvimento dos sujeitos atribuindo-lhe valor quantificado com indicadores previamente definidos.
  - (D) a análise do rendimento político que considera a legalidade e a legitimidade política das alternativas e perceber as potencialidades para aglutinar alianças e provocar rupturas.
  - (E) as alternativas referentes apenas a procedimentos de natureza técnica relativos ao modo de confronto do objeto do planejamento, sem que expresse uma intencionalidade de cunho político e ideológico.
40. O assistente social possui responsabilidades profissionais em sua relação com os usuários. Constitui-se como dever, na atual regulamentação,
- (A) exercer a autoridade profissional do assistente social e proceder a tomada de decisão pelos usuários para garantir seu bem estar.
  - (B) contribuir para o fortalecimento da burocratização na relação com os usuários, incidindo, dessa forma, qualificadamente sobre os serviços prestados.
  - (C) esclarecer aos usuários, após ter estabelecido vínculos, o que necessariamente ocorre, na véspera de seu processo de desligamento, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.
  - (D) limitar-se a prestar as informações estritamente necessárias, no âmbito que a instituição julgar imprescindível, dos programas disponíveis no espaço institucional.
  - (E) respeitar democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios do Código em vigor.
41. O exercício da profissão de assistente social requer prévio registro nos Conselhos Regionais – CRESS – que tenham jurisdição sobre a área de atuação do profissional. É competência do CRESS
- (A) aprovar os Regimentos Internos do CRESS, previamente elaborados pelo Conselho Federal do Serviço Social.
  - (B) funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
  - (C) aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.
  - (D) julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas por outros Conselhos Regionais.
  - (E) fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social nas regiões, além de sua área de abrangência.
42. O assistente social, ao receber uma denúncia que em determinada entidade social o acesso aos benefícios e serviços só seriam concedidos condicionados à participação do usuário em atividades religiosas, deve
- (A) esclarecer ao usuário que esse procedimento é possível em função do que estabelece a Constituição Federal de 88, no art. 5º, em seu inciso VII, *é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.*
  - (B) encaminhar o denunciante ao conselho tutelar, pois esta é a primeira instância de recursos nos casos de abusos de poder, pois o artigo 136 em seu inciso IV da Lei nº 8.069/1990 afirma que compete a essa instância: *encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal.*
  - (C) gravar a narrativa da denúncia e encaminhá-la ao Conselho Regional de Serviço Social, pois o código de ética profissional prevê o compromisso do assistente social com a prestação de serviços sociais governamentais e não governamentais.
  - (D) oficializar ao denunciante que não lhe compete tomar nenhuma atitude, pois tem sua prática pautada pela Lei que regulamenta a profissão e esta prevê como um de seus princípios a neutralidade política-ideológica.
  - (E) orientar esse usuário quanto ao fato da entidade estar violando o princípio constitucional de 1988, previsto no art. 5º em seu inciso VIII – *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei*, além das providências em termos de encaminhar a denúncia.
43. *A fome é consequência da pobreza, mas é também sua causadora, pois compromete a construção da cidadania e das gerações futuras, que sofrem as mazelas de um desenvolvimento humano prejudicado.* (José Graziano da Silva e Maya Takagi/2004)
- O acesso à alimentação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, requer o desenvolvimento e realização de ações específicas na perspectiva da segurança alimentar, partindo da compreensão de que
- (A) os programas exigem o envolvimento da sociedade civil, pois situam-se no campo das obras de caridade e na responsabilidade social que as empresas capitalistas possuem como dívida social.
  - (B) são necessárias políticas públicas estruturais e a inclusão de seus protagonistas no processo de desenvolvimento.
  - (C) o diagnóstico da pobreza está restrito aos limites exclusivos da família para que a intervenção possa alcançar, de forma efetiva, a realidade de exclusão vivenciada pelo núcleo familiar.
  - (D) o acesso à educação pelas crianças é a principal forma de superação da pobreza e que, associado a programas de transferência de renda, constituem-se como a melhor forma de distribuição de renda.
  - (E) as medidas emergenciais de acesso à alimentação são suficientes para resolução do problema da fome.



44. A Constituição Federal de 1988 estabelece cláusulas que visam a melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre elas, inclui-se
- (A) a permissão da diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de idade.
- (B) a diferenciação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- (C) o estabelecimento da distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (D) a permissão de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.
- (E) a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- 
45. Ana Elizabete Motta, ao elaborar um estudo sobre as tendências da Previdência Social Brasileira nos anos 80 e 90, toma como um de seus eixos estruturantes as mudanças no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a questão da seguridade relaciona-se com a força de trabalho, com os processos de exclusão e precarização do trabalho.
- (B) a previdência e a assistência social não compõem necessariamente o conjunto das práticas institucionais que interferem na constituição do trabalho coletivo.
- (C) as atuais estratégias do capital confundem-se com o transformismo legitimador do poder da burguesia.
- (D) a reestruturação produtiva atua diretamente na seguridade por se constituir na organização técnica e organizativa no interior das instituições.
- (E) a precarização do trabalho, não existiu, na visão crítica, ao contrário, o Brasil caminha para o pleno emprego o que indica a necessidade de reordenar o sistema de seguridade brasileiro para que ele não venha sofrer solução de continuidade nos próximos anos.
- 
46. A estrutura da previdência social brasileira nos dias atuais está composta com diferentes regimes são eles:
- (A) Regime Geral, administrado pelo IAP, os Regimes dos servidores públicos das três esferas de governo (União, estados e municípios) e previdência privada.
- (B) Regime Geral, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, os Regimes Próprios dos Servidores Públicos e Militares e a Previdência Complementar.
- (C) Previdência oficial, Previdência da Economia Solidária e Previdência complementar.
- (D) Previdência do INSS, Caixas de aposentadorias e previdência privada.
- (E) Regimes Próprios dos Servidores administrado pelo Instituto Nacional de Previdência, regime jurídico único dos para os Militares e Judiciário e a Previdência Complementar.
- 
47. A política de Assistência Social em vigor desde 2004 tem como diretrizes:
- I. Descentralização político-administrativa, cabendo sua coordenação e normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.
- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- III. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.
- 
48. Pode ser considerada entidade e organização de assistência social aquela sem fins lucrativos que atua na forma de
- (A) atendimento esporádico e periódico, prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.
- (B) assessoramento apenas pontual para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.
- (C) defesa e garantia de direitos àquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, dirigidos ao público da política de assistência social.
- (D) defesa e garantia de direitos humanos em geral para a construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.
- (E) assessoramento aos movimentos sociais, organizações sindicais e organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos aos trabalhadores rurais e urbanos.



49. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Conforme art. 20 da Lei nº 12.435/11, devem ser considerados na composição familiar, desde que vivam sob o mesmo teto, os
- (A) irmãos solteiros.  
(B) filhos casados.  
(C) enteados casados.  
(D) irmãos casados.  
(E) cunhados casados.
50. O benefício de prestação continuada poderá ser concedido para pessoas que cumpram, dentre outros requisitos,
- (A) a incapacidade da pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses.  
(B) incapacidade de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa à família cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários-mínimos.  
(C) não acumularem com qualquer outro benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.  
(D) não esteja na condição de acolhimento em instituições de longa permanência, o que prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao respectivo benefício.  
(E) não cessação do benefício concedido à pessoa com deficiência, em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, pois isso impede nova concessão do benefício.
51. Segundo estabelece a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), a saúde do trabalhador deve ser entendida como um conjunto de atividades que
- (A) se ocupa da promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, muito embora o processo de recuperação seja de responsabilidade das entidades patronais e sindicais.  
(B) se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.  
(C) se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação, no entanto, o processo de reabilitação não se circunscreve nesse conceito, pois está vinculado aos direitos previdenciários.  
(D) objetiva à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, porém sem a intermediação da vigilância sanitária, pois está relacionado à saúde pública, de forma geral, organizada por um sistema de informação nacional.  
(E) visa atos preventivos e curativos, individuais destinados aos trabalhadores, exigidos a partir da análise sistemática e biológica de cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
52. A saúde mental tem aprimorado a atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Em portaria recente editada pelo Ministério da Saúde sob o número 130, de 26 de janeiro de 2012, redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III).
- O CAPS AD III
- I. é o ponto da Atenção Especializada da Rede de Atenção Psicossocial destinado a proporcionar a atenção integral e contínua a pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool, crack e outras drogas, com funcionamento nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados.
- II. poderá se destinar a atender adultos ou crianças e adolescentes, conjunta ou separadamente. Nos casos em que se destinar a atender crianças e adolescentes, exclusivamente ou não, deverá se adequar ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- III. poderá constituir-se como referência regional, de acordo com implantação pactuada pela Comissão Intergestores Regional (CIR) respectiva e desde que previsto no plano de Ação da Região de Saúde ou em instrumento equivalente.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.  
(B) II, apenas.  
(C) III, apenas.  
(D) I e II, apenas.  
(E) I, II e III.
53. O Estatuto da Criança e do Adolescente trata do direito à convivência familiar, estabelecendo a adoção como uma das formas de família substituta. A adoção ocorre
- (A) nos casos em que a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.  
(B) como medida excepcional, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa e pode ser revogável, dependendo da situação apresentada.  
(C) mediante consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, mesmo para os casos em que tenham sido destituídos do poder familiar.  
(D) sem o consentimento dos pais que sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.  
(E) com o consentimento do adolescente, em se tratando de adotando maior de dezesseis anos de idade.
54. O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe a venda de determinados produtos à criança e ao adolescente. Podem ser considerados como produtos proibidos:
- I. armas, munições e explosivos.  
II. bilhetes lotéricos e equivalentes.  
III. fogos de estampido e de artifício, inclusive aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.  
(B) II, apenas.  
(C) III, apenas.  
(D) I e II, apenas.  
(E) I, II e III.



55. Para uma criança que teve a aplicação da medida de proteção de acolhimento institucional, deverá ser elaborado um plano individual de atendimento objetivando a reintegração familiar, que será de responsabilidade:
- da equipe técnica da entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional.
  - do Conselho Tutelar.
  - do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
  - da Comissão de Acompanhamento dos Serviços.
  - da Equipe técnica da Vara da Infância e Adolescência.
- 
56. O Estatuto do Idoso assegura direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Dessa forma, estabelece como competências do Ministério Público:
- zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
  - promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco.
  - inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.
- Está correto o que se afirma em
- I, apenas.
  - II, apenas.
  - III, apenas.
  - I e II, apenas.
  - I, II e III.
- 
57. O Estatuto do Idoso ao tratar do acesso da pessoa idosa à justiça, preconiza que a prioridade
- na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta) anos, em qualquer instância.
  - cessará com a morte do beneficiado, mesmo quando da existência de companheiro ou companheira, com união estável, maior de 65 (sessenta e cinco) anos.
  - nos processos judiciais dependerá de o interessado na obtenção comprovar sua idade e requerer o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas.
  - nos processos judiciais é automática, não necessitando comprovação da idade da pessoa idosa e nem de expedir requerimento do benefício à autoridade judiciária competente.
  - se estende apenas para os processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos.
- 
58. Uma pessoa idosa ao ser atendida por uma entidade de atenção ao idoso, deverá ter conhecimento de que constitui como obrigação desse serviço
- celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso.
  - fornecer vestuário adequado, independentemente se a entidade for unidade pública, filantrópica ou privada.
  - respeitar a ética e manter sigilo na ocorrência de idoso portador de doenças infectocontagiosas, não comunicando a família nem a autoridade da área da saúde e dos direitos do idoso.
  - comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão responsável para as providências cabíveis, da situação de abandono moral ou material por parte dos familiares.
  - manter arquivo de anotações tomando o cuidado para que estas não possibilitem a identificação da pessoa idosa, preservando o sigilo das informações de identificação e a individualização do atendimento.
- 
59. A ampliação dos processos democráticos e do controle social nas políticas tem sua emergência institucional com a Constituição Federal de 1988 que prescreve a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Entre os pressupostos centrais dos conselhos gestores pode-se destacar
- a constituição de espaços democráticos que busquem, sobretudo, o alargamento da democracia, a construção da cidadania e com isso possibilite tanto o exercício do controle social quanto a absorção das demandas da sociedade.
  - a existência de uma larga distância entre a formulação dos conselhos e o controle social, pois estes são erigidos, na maioria das vezes, por instituições prestadoras de serviços às quais têm intrínseca relação de dependência com o Estado.
  - a constituição de espaços democráticos fundados na diretriz da descentralização administrativa, cujo sucesso depende da sua capacidade de compreender em detalhes os meandros do poder público, nesta linha não se trata de uma composição política, mas sim técnico/gerencial.
  - o caráter deliberativo dos conselhos e a impossibilidade de exercerem esta função, dada a sobreposição de atribuições entre o papel de controle exercido pelas instâncias legislativas que têm a função precípua de exercer o controle sobre a instância executiva do Estado.
  - a presença de mecanismos de participação consultivos, dada sua característica de acompanhamento dos governos locais e o treino para o controle e captação das demandas da sociedade.
- 
60. De acordo com Wanderley e Raichelis (2009), uma gestão pública democrática deve combinar
- os princípios morais com o combate à corrupção.
  - os caminhos da ampliação da democracia representativa com os pleitos eleitorais sob o controle da justiça, de forma mais eficaz.
  - a construção de uma sociedade livre e democrática com a perspectiva da justiça da ética e da sustentabilidade.
  - o pluralismo do campo das ideias com o fortalecimento das ONGs de defesa de direitos sociais.
  - o modelo burocrático de gestão com o modelo gerencial que prevê a satisfação do cliente.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

**Atenção:** Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

*A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.*

(<http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec>)

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	